



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8079

**Presidente da Mesa Diretora:** Athos Mameluque Mota

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Utilidade Pública

**Autoria:** Athos Mameluque Mota

**Data:** 13/04/2010

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 44/2010. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal ao “Instituto Vida Animal - IVA”. (Referente à Lei nº 4.256, de 05/08/2010).

**Controle Interno – Caixa:** 25.9

**Posição:** 06

**Número de folhas:** 05

---

Especie: PL  
Categoria: Utilidade pública  
Cl: 25.9  
Ordem: 06  
nº fls: 31



43/2010  
15-06-2010

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJTO DE LEI Nº 44/2010

AUTOR:

Ver. Athos Mameluque Mota

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Instituto  
Vida Animal IVA.

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 13/04/2010  
Comissão de Legislação e Justiça
- 2 -
- 3 - APROVADO em REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - C/A em 15.06.2010.
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR ATHOS MAMELUQUE

PROJETO DE LEI Nº **44**/2010.

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública.

O Povo do Município de Montes Claros (MG) por seus representantes na Câmara Municipal aprova, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **Instituto Vida Animal - IVA**, inscrita no CNPJ 21.368.931/0001-17, com sede nesta cidade, na Av. Coronel Prates, nº 106, Centro, Montes Claros.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 12 de abril de 2010.

  
**ATHOS MAMELUQUE MOTA**  
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 13 DE ABRIL DE 2010  
[Assinatura]  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGENCIA  
EM 15 DE MAIO DE 2010  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 044/2010 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública ” de autoria do Vereador Athos Mameluque Mota.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 14 de abril de 2010.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 44/2010**

**AUTOR: Ver. Athos Mameluque Mota**

**MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Instituto Vida Animal -IVA ”.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 13/04/2010, com entrada na Sala das Comissões no dia 26/05/2010.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo conceder “Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Instituto Vida Animal -IVA ”.

Nos termos do Estatuto, o IVA tem como objetivo conscientizar a população a respeito da posse responsável de animais e da necessidade de respeito aos mesmos; combate ao comércio ilegal de animais em especial o contrabando internacional; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, dos direitos dos animais, da democracia e de outros valores universais.

Examinando a legalidade e constitucionalidade do referido projeto, esta Comissão verifica que o mesmo não incide em vício de iniciativa e atende aos requisitos legais previstos em lei para a concessão do referido título.

#### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 07 de junho de 2010.

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: \_\_\_\_\_

Suplente: Ver. Antônio Silveira de Sá: A. Silva

Suplente: Ver. Altamar de Freitas Cardoso: \_\_\_\_\_